

Acampamento Mário Lago – um sonho em construção

Hanen Sarkis Kanaan

Os debates sobre a reforma agrária no país envolvem com frequência discussões apaixonadas e fortemente ideológicas. Com o término do regime militar e o amadurecimento da democracia, criou-se um clima mais favorável a estes debates e a atuação de alguns movimentos sociais reivindicatórios, destacando-se o Movimento dos Sem Terra (MST), tem aumentado significativamente.

A mídia, de uma forma geral, tem reservado à questão agrária um tratamento bastante superficial e preconceituoso. Enfoca principalmente os conflitos gerados pelas ocupações de terra e as explosões de violência no campo, favorecendo, deste modo, a criação de um imaginário popular onde a agricultura nacional está sempre relacionada com o atraso e a violência.

Historicamente, o governo tem enfrentado a questão do acesso a terra com programas de colonização, regularização fundiária e desapropriações, sendo esta última principalmente a partir de 1985. Cumpre-se salientar que todas estas medidas tem sido implementadas mais para aliviar as tensões sociais e políticas do que para efetivar uma política rural de desenvolvimento sustentável. Tais medidas são apropriadas apenas para reduzir os casos de ocupações de terra e as vítimas fatais de violência, o lado negativo das lutas pela terra.

Os beneficiários da reforma agrária, de uma forma geral, não tem acesso à uma infra-estrutura de auxílio na superação dos novos desafios que a condição de assentado apresenta. Em muitos casos os governantes optam por abandonar deliberadamente estes beneficiários, visando a posterior comprovação da ineficácia dos programas de assentamentos dados a sua baixa produção e carências generalizadas.

Enquanto isto, nos acampamentos, etapa inicial dos futuros assentamentos, entende-se perfeitamente o sentido do termo 'luta pela terra'. Nestes locais as condições de vida são precárias: vive-se em barracas de lona plástica; a água é de origem duvidosa; as condições de higiene são precárias. Cada dia de permanência no acampamento representa uma vitória da esperança e da união das pessoas que formam o grupo.

Neste trabalho são apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada no acampamento do MST, denominado Mário Lago, que foi inicialmente

formado no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2002 à setembro de 2003. O objetivo do trabalho foi traçar um perfil básico das condições sócio-econômicas dos acampados. As informações foram obtidas diretamente das famílias mediante entrevistas e preenchimento de um questionário padrão. Foram pesquisadas cerca de 50% das famílias do acampamento. Ressalta-se que o número de famílias encontradas no acampamento apresentou certa variação. Durante o período da pesquisa algumas famílias migraram para outros acampamentos, principalmente os acampamentos localizados nos municípios de Canoinhas e Abelardo Luz. Outras optaram por voltar para seus locais de origem.

O acampamento Mario Lago nasceu de um processo de luta que começou no município de Gaspar às margens da Rodovia 470, no ano de 2001. As famílias que participaram deste primeiro acampamento foram reunidas pelo MST, que promoveu vários encontros de formação na periferia de cidades, tais como Chapecó, Itajaí, Blumenau e Joinville. A divulgação dos encontros era feita pelas lideranças dos bairros em cada município. Nestes encontros, os participantes discutiam temas como o socialismo, os movimentos sociais, a reforma agrária, e conheciam um pouco sobre a ideologia do MST. A partir disto eram convidados a integrar o movimento.

No ano de 2001 os acampados tinham a intenção de ocupar uma área que ficava a uma distância de 2,5 Km do acampamento, também às margens da rodovia 470. Esta propriedade era uma fazenda pertencente ao grupo Sulfabril, que estava em processo de falência. Os acampados contavam com aproximadamente 150 famílias oriundas de várias regiões do Estado de Santa Catarina. A maioria delas era formada por trabalhadores rurais que moravam na periferia das cidades de Chapecó, Itajaí, Blumenau, Balneário Camboriu, Joinville, Maravilha, Xanxerê, Gaspar, Mafra, Palhoça.

A primeira ocupação aconteceu entre maio de 2001 e março de 2003. Nesse período o grupo enfrentou muitas dificuldades para garantir sua subsistência e manter o grupo unido. A alimentação era escassa e muitos acampados apresentavam problemas de saúde decorrentes da má alimentação, da falta de saneamento básico e do uso de água imprópria para consumo.

Os acampados acreditavam que a área escolhida seria a definitiva, e só aguardavam a desapropriação para começar efetivamente os trabalhos de preparo e plantio da terra.

No acampamento Mário Lago havia um filho de pai assentado. Neste caso, o pai adquiriu um lote, mas o módulo rural era insuficiente para prover o sustento de toda a

família. Essa é uma prática comum nos assentamentos. Os jovens em idade de constituir família saem do assentamento onde vivem e vão para o acampamento para conseguir um pedaço de terra. Às vezes passam anos acampados e chegam a constituir família no próprio acampamento. Esses jovens geralmente trabalham na formação de outras pessoas, na frente de massa que vai para a cidade encontrar pessoas que estejam dispostas a integrar o movimento. Os encontros costumam acontecer na periferia das cidades; lugares onde a população costuma ser esquecida pelos órgãos governamentais. É comum encontrar nestes locais ex-trabalhadores rurais, diaristas e ex-pequenos proprietários, que foram expulsos de suas terras pela violência no campo, ou mesmo que perderam as terras para os bancos. Alguns deles fugiram sob ameaça de morte. Na cidade não encontram oportunidade de trabalho devido à falta de qualificação profissional. Eles são agricultores e não operários urbanos. Nesse contexto, geralmente acabam se tornando vítimas do descaso governamental e vivendo na pobreza.

A organização de todo o acampamento é muito bem planejada. Eram freqüentes as reuniões para a formação política dos acampados. Os grupos eram divididos em 5 setores:

- Setor de formação: responsável pela formação política dos acampados. Nesse setor eram organizados estudos e debates sobre o movimento, a reforma agrária e o socialismo. Os rumos do acampamento eram decididos nas reuniões deste setor, que é considerado o mais importante de todos. A partir deste são formados todos os outros setores e escolhidas as principais lideranças do acampamento;
- Setor de educação: responsável pela formação educacional dos acampados (crianças, jovens e adultos). Organiza a escola desde a sua implantação, com a escolha do local adequado, a obtenção da licença para o funcionamento, contratação de professores, obtenção de material didático e merenda.
- Setor da saúde: atuam como agentes de saúde dentro do acampamento. Organizam uma pequena farmácia, com material de primeiros socorros e remédios que não necessitam de receita médica. Encaminham os acampados para consultas médicas em postos de saúde e em hospitais públicos.
- Setor da segurança: responsável pela segurança interna e externa do acampamento. Impedem comportamentos inadequados ao bom convívio social das famílias, evitando brigas e o uso de álcool dentro do acampamento. Controlam a entrada e a saída dos acampados e visitantes.

- Setor de alimentação: responsável pela arrecadação e distribuição dos alimentos. Buscam doações de alimentos e roupas junto aos sindicatos, associações, entidades assistenciais, assentamentos e demais pessoas interessadas em auxiliar o movimento.

Os dados estatísticos obtidos na pesquisa através das entrevistas e da aplicação do questionário foram divididos em itens e são apresentados a seguir:

1. Profissão anterior do chefe da família:

A atividade profissional anterior à participação do processo de ocupação é principalmente agrícola (51%). Mesmo aqueles que possuíam outras ocupações tais como, pedreiro, motorista, doméstica, quase que totalidade deles teve experiências na área agrícola. Alguns deles não continuaram a trabalhar no campo pela dificuldade em manter a propriedade, contavam apenas com a mão de obra de família e tinham dificuldade em conseguir e pagar o crédito agrícola. Outros saíram do campo ainda crianças acompanhando os pais, que acreditavam que na cidade teriam melhores oportunidades de trabalho e renda.

2. Organização de trabalho

Este item refere-se à preferência da família pela forma de trabalho, incluindo o individual, o coletivo ou o trabalho em grupos. Este item é relevante, pois a opção de trabalho representa profundas diferenças dos futuros assentados frente ao cooperativismo, a produção agrícola e a divisão de trabalho.

A preferência da maioria dos acampados (69%) é pela organização de trabalho individual. Geralmente os trabalhadores que optam pela produção individual, não tiveram boas experiências no coletivo. Trabalharam como meeiros ou diaristas no campo e nunca foram donos de terras. O tempo de militância social ou política destes é inferior ao daqueles que optaram pelo trabalho coletivo. A idéia de coletividade desagrada a muitos, que a relacionam com uma falta de autonomia e liberdade, pois todas as decisões subordinam-se aos interesses da coletividade.

Entre os 22% que tem preferência pelo coletivo, estão as lideranças do acampamento e os acampados de maior grau de escolaridade.

3. Escolaridade

O nível de escolaridade da maioria dos acampados é baixo. Cerca de 75% dos entrevistados não completou o Ensino Fundamental. Este dado aparentemente repercutiu nas opções por organização de trabalho. Os entrevistados com maior grau de escolaridade optaram pela forma coletiva de trabalho, conforme citado anteriormente.

Ressalta-se que a organização do MST reserva uma atenção especial para a área da educação. Todos os filhos dos acampados recebiam aulas em uma escola improvisada no próprio acampamento. Na época da pesquisa um dos professores do acampamento estava em processo de credenciamento junto à Secretaria de Educação do Estado e, desta forma, o seu trabalho seria remunerado e reconhecido junto aos órgãos de educação. O movimento também oferece um programa de alfabetização de jovens e adultos. No acampamento a única pessoa que tinha escolaridade de nível superior era o professor, que estava concluindo a Faculdade de Pedagogia na UFSC.

4. Tempo de acampado

O tempo de permanência em acampamentos da maioria dos entrevistados (79%) está entre 1 a 2 anos. Este tempo inclui acampamentos anteriores ao Mario Lago. Durante a pesquisa de campo constatou-se casos de famílias que estão a mais de 5 anos acampados a espera de um lote de terra, e já passaram por vários acampamentos no Estado. Muito comumente os jovens filhos de assentados ao completarem o Ensino Fundamental vão para os acampamentos como uma alternativa para obter a terra e continuar trabalhando no campo.

5. Problemas de saúde

A pesquisa apontou que 61% das pessoas do acampamento Mario Lago afirmam ter problemas de saúde. As queixa mais freqüentes foram de problemas de coluna, pressão alta e doenças no coração. Estas doenças, em geral, são agravadas e/ou decorrentes das condições de vida miserável e de trabalho insalubre. Havia um encarregado do movimento, do assentamento de Garuva, que prescrevia remédios caseiros para os problemas de saúde mais simples, tais como gripes, resfriados, dores de cabeça e enjôos, e também fazia curativos nos ferimentos leves. Os problemas mais sérios eram encaminhados para os postos de saúde públicos.

6. Religião

A religião predominante dos pesquisados foi a religião católica. No entanto muitos dos entrevistados que se denominavam católicos praticantes, afirmavam não ter o hábito de freqüentar a Igreja e tinham crenças incompatíveis com os dogmas da religião católica. Muitos deles acreditavam em benzeduras, curas espirituais e viviam com os seus parceiros sem o casamento religioso.

7. Número de filhos

Metade das famílias entrevistadas apresentaram mais de 4 filhos. No entanto, nem todos estes filhos moravam junto com a família, pois uma grande parte dos casais

tinham filhos de relacionamentos anteriores. Alguns dos entrevistados afirmaram encontrar nos filhos uma motivação para continuar lutando pelo acesso à terra. O desemprego, a falta de perspectiva profissional e as difíceis condições de vida eram fatores que contribuía na separação dos casais.

Os dados obtidos nesta pesquisa merecem algumas considerações. Primeiramente, cabe ressaltar que a rotatividade das pessoas nos acampamentos, de forma geral, costuma ser alta. Essa rotatividade se deve principalmente às duras condições de vida dos acampados, incluindo o trabalho árduo, a exposição às intempéries, e outros fatores já comentados. Muitos acampados também sentem a necessidade de morar em regiões mais próximas de seus locais de origem. Portanto, os dados são de certa forma dinâmicos, ou seja, se a pesquisa for novamente realizada, provavelmente outras famílias estarão protagonizando a luta.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que a pesquisa abrange um determinado período de tempo, ela não se torna menos relevante. Os dados fornecem características do começo do processo de luta no acampamento que possivelmente retratam a trajetória de outros acampamentos. O perfil encontrado nos acampados do Mario Lago, talvez aponte para um perfil comum de muitos outros acampados.

A realidade encontrada no acampamento revela a dimensão das distorções de nosso país. Apesar de o Brasil ser um país com vocação agrícola e ser um dos maiores exportadores de grãos do mundo, a riqueza produzida no campo não reflete a situação da maioria dos agricultores. Na área rural brasileira se concentra, contraditoriamente, a maior parte da população pobre do país. A cada dia milhares de camponeses são expulsos de suas terras ou ficam desempregados no campo e acabam migrando para a cidade.

A riqueza gerada pela produção agrícola brasileira não democratizou o acesso à alimentação, já que a produção tem como principal objetivo o mercado externo. Os pequenos produtores e assentados que produzem a maior parte dos grãos que abastecem o mercado interno são, muitas vezes, forçados a abandonar o campo por não terem condições de sobreviver do trabalho agrícola. Muitos deles se “integram” aos grandes complexos agroindustriais sujeitando-se a uma remuneração de subsistência.

Desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades dos pequenos agricultores e que proporcionem condições de implantação e sustentabilidade dos assentamentos rurais é fundamental para garantir renda e qualidade de vida para todos os brasileiros, com ou “sem terra”.